



DOSSIÊ 150 ANOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL

Entrevista com Angelo Trento*Interview with Angelo Trento**Entrevista con Angelo Trento***Angelo Trento¹**orcid.org/0000-0002-6745-3202
angelo.trento84@gmail.com**Antonio de Ruggiero
(Entrevistador 1)²**orcid.org/0000-0002-5724-5709
antonio.deruggiero@gmail.com**Luigi Biondi****(Entrevistador 2)³**orcid.org/0000-0002-9723-6727
luigi.biondi@unifesp.br**Recebido em:** 31 ago. 2025.**Aprovado em:** 23 set. 2025.**Publicado em:** 17 dez. 2025.

Nesta entrevista, dirigimos algumas perguntas a Angelo Trento, importante historiador italiano conhecido internacionalmente por seus estudos sobre a América Latina e, sobretudo, por suas numerosas pesquisas relacionadas à emigração italiana no Brasil. Nascido em Roma em 1942, passou parte de sua adolescência em São Paulo. De volta à Itália, estudou Ciências Políticas e Filosofia antes de se dedicar à pesquisa na área de História Contemporânea. Tornou-se professor universitário de História da América Latina na Universidade "L'Orientale" de Nápoles, onde dirigiu, entre outros, projetos específicos e pesquisas pioneiras sobre a presença e as dinâmicas de integração política, social, econômica e cultural dos imigrantes italianos no Brasil.

Nas páginas a seguir, Trento reconstrói sua trajetória intelectual, lembrando o contato sempre vivo com os arquivos brasileiros, desde as primeiras pesquisas sobre o tema da imigração italiana no Brasil, que confluíram na obra *Là dov'è la raccolta del caffè*, publicado na Itália em 1984. Nos anos seguintes, a obra foi atualizada, ampliada e reeditada no Brasil com o título *Do outro lado do Atlântico* (1989), considerado até hoje o principal trabalho para compreender a contribuição significativa da imigração italiana na história do país. Em 2022, o livro teve uma segunda edição atualizada, graças à editora da Unesp.

Outro tema central em suas investigações é o da imprensa em língua italiana publicada no Brasil, que deu origem a importantes pesquisas reunidas nas obras de referência *La costruzione di un'identità collettiva* (2011) e *Imprensa italiana no Brasil* (2013). Em muitos anos de estudo, ele analisou centenas de periódicos e o papel que eles desempenharam em diferentes épocas para consolidar um sentimento de identidade coletiva nas diversas comunidades italianas presentes nos locais de imigração.

Através de seus trabalhos científicos, apoiados por uma frequência assídua de numerosos arquivos nas duas margens do Oceano, Angelo Trento foi capaz de oferecer um quadro complexo do fenômeno migra-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Università degli Studi di Napoli L'Orientale, Nápoles, Itália

² Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

³ Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo (SP), Brasil.

tório italiano no Brasil, destacando os numerosos conflitos que o acompanharam, com um olhar atento aos processos de construção identitária e integração social. Uma atenção especial na entrevista é dada à valorização dos arquivos italianos e brasileiros que ainda podem oferecer elementos para novas pesquisas em setores ainda pouco explorados dentro do grande tema, como, por exemplo, as questões de gênero e as relações interétnicas.

Você nasceu em Roma em 1942, durante a guerra. Como era sua família? Conte-nos um pouco sobre suas origens.

Sim, eu nasci quando a Guerra Mundial já havia começado e tenho uma pequena lembrança, pois no dia em que completei um ano, 19 de julho de 1943, a cidade de Roma foi submetida ao primeiro bombardeio pelos Aliados, no bairro de San Lorenzo, que ficava perto de onde minha mãe morava e onde, na ocasião, me levava para passear no carrinho. Surpreendida pelas sirenes, foi obrigada a se refugiar rapidamente em um abrigo. Nossa família passou a ter quatro membros quando meu pai voltou de um campo de prisioneiros inglês no Egito e quando, em 1947, minha irmã nasceu. Meus pais eram de origens sociais bastante diferentes: meu avô materno, pertencente a uma família abastada que possuía laranjais na província de Catânia, era formado, exerceu a profissão inicialmente no Ministério das Finanças e depois como profissional liberal. Ele morava em Parioli, bairro "nobre" da Roma fascista e também da Roma dos anos 40 e 50. Meu avô paterno, por outro lado, originalmente carpinteiro, tinha exercido várias profissões, emigrado por alguns anos para a Argentina e depois para as possessões italianas na África, para finalmente conseguir abrir uma tabacaria em Palermo. Apesar de suas origens modestas, ele quis que seu filho estudasse e se formasse em Perugia. Minha mãe nunca trabalhou, enquanto meu pai, após se formar, foi empregado em Roma na LATI, a companhia aérea criada por um filho de Mussolini, que, entre outras coisas, abriu uma

rota Itália-Brasil em 1940. Terminada a guerra, ele voltou para a pátria e foi contratado pela recém-criada Alitalia, que em 1954 o promoveu a representante em São Paulo, depois de ter sido descartada — felizmente — a hipótese de enviá-lo para Beirute. E esse fato, sobre o qual eu obviamente não tive voz, condicionou de maneira indelével minha vida futura.

Você veio ao Brasil pela primeira vez ainda muito jovem. Como foi sua experiência na juventude e sua educação aqui em São Paulo? Você construiu amizades que perduraram ao longo do tempo.

Cheguei na capital paulista aos doze anos, em julho de 1954, e fui matriculado no Colégio Dante Alighieri, a tradicional escola italiana de São Paulo, que ficava a dois quarteirões da nossa casa na Alameda Santos. Me adaptei facilmente ao novo ambiente, também graças à presença de um certo número de jovens italianos (apesar da grande queda no número de emigrantes peninsulares nas décadas de 1940 e 1950 e ainda mais posteriormente) e um número bem maior de descendentes, bem como muitos pertencentes a famílias brasileiras conhecidas. Devo dizer que esse período de permanência no Brasil (voltei para a Itália em janeiro de 1960) teve uma grande influência na minha formação, especialmente entre os 16 e 17 anos, que representaram um período fundamental nesse sentido. Por isso, devo agradecer também aos colegas que tive ao longo do meu currículo escolar – especialmente no segundo e terceiro ano do ensino médio do Colégio Dante, o Liceu Clássico – dos quais ainda hoje me lembro, coletivamente e individualmente, com carinho e estima. No âmbito do Dante Alighieri, mas em turmas diferentes da minha, construí uma série de amizades, especialmente com colegas italianos, mas também brasileiros e argentinos, que contribuíram para ampliar os horizontes culturais que eu estava alcançando individualmente, despertando curiosidade e modelos de vida que tiveram um impacto profundo na minha evolução posterior. E essas

amizades ainda hoje são importantes para mim, continuamente reavivadas pelas minhas estadias periódicas em São Paulo, mesmo que dizimadas por falecimentos, inevitáveis a uma certa idade.

Como você via o Brasil? Como era São Paulo naquela época? E a comunidade italiana de São Paulo, talvez devêssemos dizer “Paulistana”?

Apreendi rapidamente a amar o país para onde fui transplantado e seu povo, e nem mesmo as condições de restrição econômica e negação de direitos de grande parte da população me dissuadiram de valorizar sua generosidade e multiculturalidade. Além disso, na Itália da época, também existiam miséria e fortes disparidades sociais. A São Paulo dos meus anos ainda era uma cidade bastante habitável, dimensionada à amplitude de seu território e à relativa limitação demográfica, se comparada à atual. Era um centro urbano que parecia fácil de atravessar e o gigantismo da atualidade era inimaginável, tanto que, com as Lambrettas, íamos ver o sol nascer no Morumbi, ainda quase intocado. Sobre a comunidade italiana paulistana, posso dar opiniões limitadas, porque limitadas eram minhas relações com o mundo adulto. Se restringiam principalmente ao círculo social que meu pai frequentava, devido ao tipo de sociabilidade ligada ao seu papel de representante da Alitalia. Não era um mundo que me atraía e, de fato, não me lembro de ter acompanhado, a não ser esporadicamente, minha família às noites do Circolo Italiano, que na época ainda tinha vários sócios nostálgicos do regime fascista, como demonstrava, entre outras coisas, a longa presidência da associação confiada a Andrea Ippolito, parente dos Matarazzo, mas que ocupara importantes cargos políticos durante o regime e que fora libertado no final do conflito de um *Fascist Criminal Camp* nos Estados Unidos. Obviamente, eu também tinha contato com italianos de classes menos abastadas — entre cujos filhos eu tive vários amigos íntimos — e conhecia suas dificuldades.

Em determinado momento, você retornou à Itália para frequentar seus estudos universitários. Como foi seu retorno? Sua formação? Seu primeiro ingresso no mercado de trabalho? Saudade do Brasil?

Começo respondendo à última pergunta: sentia uma saudade imensa do Brasil. Na verdade, eu teria continuado com prazer meus estudos universitários lá, mas não resisti à tentação de seguir a vontade do meu pai, que desejava que eu me matriculasse na Faculdade de Ciências Políticas na Itália (depois de dois anos mudei para Filosofia), em troca da oportunidade de morar sozinho em Roma, ainda sem ter completado 18 anos, com um apartamento à disposição. Isso me permitia realizar, enfim, o sonho de qualquer jovem, e não apenas daquela época, de administrar a minha vida, e de me confrontar com o mundo. Comecei na Universidade de Roma “La Sapienza” e terminei na Universidade de Pavia, porque estava fazendo o serviço militar lá perto, graduando-me em Filosofia, em 1967.

Na Itália, senti-me bastante deslocado e incapaz de aceitar os valores e aspirações da maior parte da juventude romana de classe média daqueles anos, que podiam ser resumidos na fórmula das “três M”: *macchina, moglie e ministero* (carro, esposa e ministério), entendido como segurança econômica garantida por um emprego público. Na época, porém, meus interesses eram principalmente culturais, em particular literários, e eu tive dificuldade em fazer novos amigos, assim como tive dificuldade em enfrentar os estudos universitários, que prolonguei por muito tempo, até que, seguindo os passos de meu pai, entrei no mundo do trabalho, empregando-me na companhia aérea Varig.

A História gradualmente se tornou sua principal área de estudo e pesquisa: como essa transformação ocorreu e como você incorporou sua experiência e conhecimento do Brasil a uma atividade acadêmica que o levou a se tornar professor de História da América

Latina? Onde na Itália você lecionou? Estudando o Brasil e outros países latino-americanos: além da emigração, quais temas lhe interessaram mais em seu ensino e pesquisa?

Na verdade, o caminho não foi gradual, mas me vi subitamente envolvido pela explosão juvenil de 1968, que despertou em mim interesses concentrados em esferas que até então pouco me tocavam, ou seja, a política, a econômica e a social. Nesse novo caminho, a história (que, na verdade, já me interessava na época escolar, graças a uma professora do Colégio Dante Alighieri de São Paulo, da qual só me lembro o nome, Dona Ofélia) desempenhou um papel determinante: no final de 1969, pedi demissão do meu emprego na Varig, que era muito pouco estimulante, deixei de lado a literatura (mas não totalmente, pois ainda hoje a narrativa me fascina) para tentar compreender o percurso do meu país, mas também, devido ao meu passado, do Brasil, da América Latina em geral e, dadas as solicitações daquela época, de Cuba. Voltei a me dedicar aos estudos e ganhei uma bolsa no Instituto de História e Sociologia da Universidade de Ancona, dando início à minha carreira acadêmica. De bolsista, passei a contratado na Universidade de Macerata (onde, por alguns anos, substituí o professor de História das Doutrinas Econômicas, temporariamente afastado) e depois a pesquisador. Depois de ganhar um concurso nacional, tornei-me professor associado de História da América Latina na Universidade de Nápoles "L'Orientale", onde permaneci de 1992 até a aposentadoria. Meus interesses de pesquisa e minhas publicações voltaram-se, além da emigração, para a história dos países latino-americanos, com especial atenção aos séculos XX e XXI, à evolução do Brasil desde a Independência até o final do século XX — insistindo em temas estreitamente interligados entre si, ou seja, política, economia e classes sociais —, ao chamado Populismo, à Revolução Cubana, mas sem deixar de lado questões de interesse na Itália, como as do *Ventennio* de dominação fascista. Sobre esses e outros temas e sobre a emigração,

publiquei catorze livros, cerca de cinquenta artigos em revistas italianas e estrangeiras e cerca de setenta contribuições em volumes coletivos; participei de cerca de oitenta congressos na Itália, no Brasil, na França, na Alemanha, na Argentina e nos Estados Unidos, sem falar das inúmeras conferências realizadas. Os cursos que ministrei na universidade centraram-se em vários temas, desde o advento do modo de produção capitalista na Inglaterra até o imperialismo, das Américas diante dos efeitos da crise de 1929 ao Estado e à sociedade na América Latina no século XX, da escravização à revolução cubana, do populismo à pilhagem ecológica da Amazônia, da posição dos países latino-americanos na Segunda Guerra Mundial às relações entre os Estados Unidos e a América Latina, do movimento operário às ditaduras militares nesta última área geográfica, além, naturalmente, dos cursos ministrados sobre vários aspectos da imigração na mesma área.

Você veio ao Brasil com frequência, não apenas para pesquisar, mas também para participar de congressos e palestras, chegando a ministrar um curso de doutorado para alunos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1986. Como foram essas experiências e quais redes de pesquisa você mais frequentou?

O curso que ministrei versava sobre o Estado, as classes sociais e a esquerda brasileira nos anos de 1930 e foi uma experiência muito gratificante, embora o grupo de alunos não fosse numeroso. Mas senti uma certa satisfação por me sentir finalmente aceito como um *brasilianista* italiano, sensação que se reforçou posteriormente com as numerosas conferências ministradas em outras universidades brasileiras (por exemplo, em Fortaleza, na UFC), mas sobretudo na Unicamp, em Campinas. As redes de pesquisa às quais recorri naquele período eram do tipo arquivístico e, sobretudo, o Arquivo do Estado de São Paulo, que continuei a frequentar também para questões relacionadas à emigração, devido ao

vasto repertório que possuía de jornais italianos publicados no Brasil; repertório que também aproveitei na sede paulista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, enquanto permaneceu aberta, e depois na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo Estadual de Pernambuco e, no que diz respeito à imprensa operária, no Arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp e no Instituto de Estudos Sociais de Amsterdã, no Centro de Estudos Libertários Pinelli em Milão e na *Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine* de Nanterre.

Lá em 1980 nasceu a ideia de uma grande obra sobre a emigração italiana para o Brasil. Ainda hoje, como você sabe, *Là dov'è la raccolta del caffè / Do outro lado do Atlântico é considerado por todos nós, estudiosos do assunto, uma espécie de livro sagrado, a ser revisitado a cada nova pesquisa e sempre consultado para um panorama histórico preciso da história da imigração italiana, para situar novas investigações sem cair em fantasias abstrusas ou repetir o que já foi dito. Uma nova edição atualizada deste livro foi publicada em 2022 pela editora da Unesp. É o livro de cabeceira. Contemos um pouco sobre sua gênese, como você o concebeu e como o concretizou. Alegrias e tristezas.*

A origem do que caracterizará meus estudos posteriores deve ser buscada, como você disse, no ano de 1980, quando Gianfausto Rosoli, diretor scalabriniano de longa data do *Centro Studi Emigrazione* de Roma (centro que publica desde 1964 a prestigiosa revista *Studi Emigrazione*), me pediu para escrever um artigo sobre os emigrantes italianos no Brasil no período entre as duas guerras para uma pesquisa coordenada por Renzo De Felice para a Fundação Giovanni Agnelli. Eu havia me ocupado apenas marginalmente do tema do êxodo, em 1974, com um artigo sobre a emigração peninsular para Buenos Aires e sua contribuição para o movimento operário argen-

tino, mas sem dar continuidade a essa linha de pesquisa, que retomei – apaixonando-me por ela – em 1980, justamente para contribuir a essa iniciativa que, porém, nunca resultou em uma publicação impressa, limitando-se a assumir a forma de um *paper*. Mas o interesse suscitado pela redação desse artigo me levou a insistir nas muitas “histórias sem história”, para retomar o título de um livro de Renato Cavallaro, para dar voz aos muitos protagonistas dessa diáspora, participando também, no ano seguinte, de um congresso em Milão com uma palestra sobre os quinze anos da emigração italiana em massa para o Brasil, ou seja, de 1887 a 1902, contribuição que foi publicada em uma revista e, posteriormente, em um livro em 1981 (traduzido no Brasil em 1990). Foram esses dois episódios que me levaram a me aproximar e a me envolver em um tema que me fascinou, a ponto de me levar a dedicar a ele quase todo o tempo que reservava para a pesquisa naquele período, levando-me a consultar uma bibliografia interminável, principalmente contemporânea, e a frequentar bibliotecas — especialmente a Biblioteca Nacional de Roma — e arquivos — em particular o do Ministério das Relações Exteriores e o do Estado, também em Roma — e a fazer uma análise cuidadosa da bibliografia brasileira durante algumas viagens a São Paulo e algumas visitas à Hospedaria e ao Arquivo Municipal, além do Instituto Histórico e Geográfico. Concentrei todas as minhas atenções sobre o período de 1875 a 1920, acreditando – erroneamente, como percebi mais tarde – que o que eu havia escrito sobre os anos 20 e 30 para a pesquisa dirigida por De Felice era exaustivo. Foram anos de grande frenesi e momentos de impotência diante da vastidão do tema e das fontes, mas finalmente consegui publicar com a editora Antenore de Pádua, em 1984, *Là dov'è la raccolta del caffè. L'emigrazione italiana in Brasile, 1875-1940*, graças ao interesse e apoio da Universidade de Macerata. O lançamento do livro me causou grande emoção, mas achei que meu trabalho ficaria incompleto se não fosse publicado também no Brasil. Infelizmente, porém, minhas tentativas de despertar o interesse de editoras

no exterior foram infrutíferas, até que encontrei receptividade na Nobel de São Paulo, que se dirigiu ao Instituto Italiano de Cultura para uma coedição. O diretor do Instituto, Angelo Manenti, concordou, desde que eu estendesse a temática até a atualidade. A questão me interessou, também porque eu estava insatisfeito com a parte relativa ao período entre as duas Guerras, que eu queria ampliar e aprofundar, mas concordei com o Instituto Italiano de Cultura em expandir o volume até 1960, data após a qual a emigração para o Brasil praticamente termina, substituída pelo que poderíamos definir como transferências de profissionais e escolhas individuais de vida. Assim nasceu *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*, que saiu no início de 1989 em uma edição enriquecida cronologicamente e em termos de conteúdo em relação à italiana. O livro foi republicado em 2022 com diversas atualizações bibliográficas e algumas intervenções no texto.

Para o livro, você realizou pesquisas na Itália e no Brasil. Como era a situação dos arquivos nos dois países? Que dificuldades você encontrou na época? Lembre-se que os exemplares do periódico *Fanfulla*, por exemplo, estavam em péssimo estado, e você conseguiu microfilmá-los, e ainda hoje usamos a digitalização desses microfilmes.

Na verdade, além de algumas lentidões decorrentes dos horários de abertura e fechamento de alguns arquivos — situação desanimadora, sobretudo para os estudiosos que vinham do exterior e que, portanto, tinham maior urgência em poder usufruir de um tempo de consulta mais amplo —, não tenho motivos para reclamar no que diz respeito aos arquivos no Brasil, embora talvez fosse oportuna uma melhor sistematização dos inventários do material conservado (ou, pelo menos, teria sido na época em que os frequentei). Encontrei algumas dificuldades nos últimos anos, em particular devido ao fechamento, que durou muitos anos, do Instituto Histórico e Geográfico

de São Paulo, que se tornou definitivo, embora o material conservado lá esteja hoje disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo. No entanto, é preciso dizer que, depois dessa transferência, alguns dos jornais italianos que eu havia consultado nas décadas de 1980 e 1990 agora não estão mais disponíveis. Quanto ao *Fanfulla*, ele era guardado no que era antigamente o Instituto Italiano de Cultura de São Paulo. A coleção quase completa do *Fanfulla* em papel estava realmente em condições críticas, especialmente alguns volumes, apesar de estarem encadernados, confinados como estavam em um sótão, com alguns tomos sofrendo com o gotejamento de infiltrações de água vindas do teto. Sugeri que o instituto providenciasse sua microfilmagem, mas devo dizer que o diretor da época (era o fim dos anos de 1980), Angelo Manenti, já estava providenciando o necessário. A digitalização desse jornal, que praticamente podia ser considerado órgão não oficial da comunidade italiana, não só de São Paulo, mas de todo o Brasil — embora não haja microfilmes para o período final, de 1947 a 1965 —, ocorreu há alguns anos atrás, a partir daqueles microfilmes. Foi um trabalho altamente meritório.

Como o livro foi recebido? Houve algum aspecto crítico, alguma interpretação ou algum conflito de interpretação, especialmente em relação à leitura de certos temas políticos dentro das diversas comunidades italo-brasileiras?

Na verdade, o livro teve pouca repercussão na Itália, onde, no âmbito acadêmico, a história da emigração ainda não encontrou seu lugar específico, tanto que os historiadores que se dedicam a ela são incorporados ao universo mais geral da História Contemporânea e ao das Relações Internacionais. Na verdade, já naquela época — e ainda mais posteriormente — existiam estudiosos de grande calibre nessa área. Além disso, dentro do setor, a produção relativa à emigração italiana para o Brasil permaneceu até então quase toda confinada à produção coeva à própria emigração, que se detinha a este ou

àquele aspecto — ou a vários aspectos — por parte de viajantes e estudiosos da última parte do século XIX e da primeira década do século XX, à qual se acrescentaram alguns trabalhos de Chiara Vangelista, Costantino Ianni, Gaetano Massa e Emilio Franzina, enquanto Franco Cenni ainda nem havia sido traduzido. Um destino totalmente diferente sorriu para a edição no Brasil, onde a questão da transferência de um número tão grande de italianos já havia feito com que surgisse uma quantidade considerável de trabalhos, no que diz respeito a São Paulo, e ainda mais ao sul do Brasil e, em particular, ao Rio Grande do Sul. No entanto, em relação ao meu esforço, as obras e os artigos publicados até então eram frequentemente condicionados pela vontade de magnificar os sacrifícios feitos pelos emigrantes italianos para conquistar espaços econômicos e ascender socialmente, quando não pelo desejo de continuar a preservar a história cultural e material dos antepassados, solicitando ao leitor o reconhecimento da grandeza do fenômeno e inculcando nos descendentes (supondo que isso fosse necessário) o orgulho de sua condição de brasileiros de origem italiana. Como mencionei, esse processo era particularmente evidente no Rio Grande do Sul, onde uma vasta bibliografia exaltava os feitos dos imigrantes, principalmente do Vêneto, o papel dos padres que os acompanhavam, a epopeia da domesticação da natureza selvagem, submetida às necessidades da produção agrícola, a transição progressiva de uma economia exclusivamente rural (e de uma sociedade tendencialmente igualitária) para outra mais diversificada, com o nascimento e depois o desenvolvimento de um tecido apreciável de empresas industriais e comerciais. No que diz respeito a São Paulo, a historiografia migratória relativa aos italianos se concentrou, em geral, no período de trinta anos que vai da metade da década de 1880 até a Primeira Guerra Mundial e nas questões relacionadas ao principal mercado de trabalho dos imigrantes italianos, representado pelas fazendas, e ao papel substitutivo que essa força de trabalho exerceu em relação à mão de obra escrava, sobre a qual se sustentou a eco-

nomia do café até o final da década de 1870. É verdade que existiam estudos pioneiros sobre todo o Brasil, que cobriam o período inteiro da emigração italiana, analisando quase todos os seus aspectos. Penso essencialmente no trabalho de Franco Cenni, publicado na segunda metade da década de 1950, mas também caracterizado, embora de forma menos triunfalista do que a produção contemporânea sobre o Rio Grande do Sul, por tons de certa forma hagiográficos. Além disso, surgiram outros trabalhos setoriais sobre a presença maciça de italianos no mundo empresarial paulista (também ampliados para outras áreas do Brasil), mas, acima de tudo, começou a florescer uma interessante linha de estudos, a partir do final dos anos 60, sobre o estreito vínculo entre a emigração italiana e o nascimento e o primeiro desenvolvimento do movimento operário, especialmente na capital paulista. Essa historiografia também contou com a valiosa colaboração — e, em alguns aspectos, precursora — de historiadores norte-americanos, cujo líder foi Michael Hall, que, com o tempo, perdeu sua natureza exógena e assumiu cada vez mais conotações brasileiras, tendo se instalado em São Paulo e lecionado em Campinas — onde se aprofundou nessas questões — até sua aposentadoria e além.

Meu trabalho, por outro lado, não tinha intenções comemorativas, mas apenas de reflexão e, além de tratar da história da emigração italiana no Brasil em um período de quase um século, abordava todos os seus diversos aspectos, detendo-se àqueles que, na minha opinião, poderiam ser de maior interesse, como, justamente, o mercado de trabalho urbano e o movimento operário, ao qual foi dedicado um capítulo inteiro. Além disso, aproveitando as pesquisas realizadas no Brasil para estender a análise até os anos 1946-1960, também aprofundei o período entre as duas guerras, para ampliar, complementar e modificar em parte a contribuição escrita para a pesquisa coordenada por De Felice e incluída na edição italiana do livro. Assim, me concentrei, em particular, na penetração do fascismo na comunidade imigrante, no antifascismo, na

participação dos italianos nos acontecimentos políticos internos e nas limitações que sofreram durante a Segunda Guerra Mundial. Essa completude de informações (embora a parte sobre o sul do Brasil seja menos desenvolvida do que a sobre São Paulo, mas com a justificativa da ampla produção existente para essa área, que se multiplicou ainda mais nos últimos anos e com muito mais aprofundamento; em compensação, forneci informações sobre a emigração para outras áreas do Brasil, bastante negligenciadas pela historiografia, como, por exemplo, o Rio de Janeiro, que ainda espera que algum historiador lhe dedique um trabalho específico) permitiu que meu livro tivesse uma boa circulação nos meios culturais interessados nas questões migratórias, mas também despertou alguma curiosidade no público não especializado. Sobre a questão das minhas chaves interpretativas, não há dúvida de que a abordagem muito definida sobre os temas sociais e a luta política e sindical dos imigrantes proletários suscitou mais do que uma perplexidade, se não uma verdadeira aversão, em certos círculos da comunidade italiana, especialmente nas camadas mais abastadas, que talvez preferissem que tais temas fossem apenas mencionados ou tivessem, de qualquer forma, um espaço menor do que aqueles reservados à ascensão social e à elite imigrante, particularmente no campo empresarial. Nem sempre coincidente com isso (mas muitas vezes sim) estava a parcela de italianos insatisfeitos com a abordagem com que tratei o tema do fascismo — embora eu reconhecesse que ele havia penetrado amplamente entre os imigrantes, especialmente na década de 1930 —, e menos ainda essa parcela aceitou a análise do antifascismo, assim como a desintegração das formas de vida coletiva no pós-guerra devido aos contrastes geracionais, políticos e relativos à forma como o próprio conceito de italianidade deveria ser entendido (e praticado).

O que você acha da famosa identidade “hifenizada”, o conceito de italo-brasileiro? Em que ponto não existem mais italianos no Brasil, mas sim italo-

brasileiros, ou mesmo brasileiros de origem italiana? De que identidades plurais estamos falando?

Eu diria que isso ocorre, para os imigrantes de primeira geração, após um período de permanência de várias décadas e, no que diz respeito aos descendentes, estou convencido de que no Brasil, assim como em outros países latino-americanos (e refiro-me principalmente à Argentina e ao Uruguai, mas também à Venezuela, ao Chile e ao Peru), não se pode falar de italo-brasileiros com traço, mas de brasileiros de origem italiana, ascendência da qual muitas vezes se orgulham, como demonstra, historicamente, a manutenção de um forte espírito de italianidade nessas gerações. Essa situação é completamente diferente dos Estados Unidos, por exemplo, onde se procedeu culturalmente a uma americanização quase forçada (ao menos pelo ambiente circundante) dos filhos dos imigrantes, mesmo aqueles nascidos na Itália e que chegaram lá ainda pequenos, o que resultou na difusão de formas defensivas dos nossos compatriotas e no fechamento do grupo, fenômeno que justifica por que no Brasil, como em outros países do subcontinente, nunca se formaram *lobbies* étnicos italianos ativos no campo eleitoral e político.

O ano de 2024 marca o centenário do assassinato de Giacomo Matteotti. Fascismo X antifascismo no Brasil foi um dos conflitos que criaram divisões nas comunidades italianas, um tema que você vem revisitando há muitos anos. Que aspectos podemos destacar? Você conheceu pessoalmente algumas das figuras-chave daquele período? Essa história também, em certo sentido, transformou a visão do governo e da sociedade brasileira sobre a comunidade italiana, ou partes dela, e o Brasil acabou entrando em conflito com a Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Vargas e Mussolini: semelhantes, mas diferentes?

Certamente, aliar-se ao fascismo era uma

questão altamente divisória, embora devamos lembrar que esse conflito se manifestou sobretudo na década de 1920, enquanto a partir do início da década seguinte, digamos por volta de 1932-1933, não houve mais conflito. O fascismo, que antes havia se infiltrado principalmente entre as classes sociais que representavam a base do consenso do regime, mesmo na Itália — as elites econômicas, grande parte das elites intelectuais, as classes médias e a classe média baixa —, a partir dessa segunda fase nos anos 30, se espalhou entre a maioria das classes de imigrantes rurais e também entre um segmento do proletariado urbano, especialmente com a conquista da Etiópia, que despertou grande entusiasmo. De fato, pode-se dizer que, a partir de 1934, quando o periódico que havia sido porta-voz do antifascismo no Brasil — *La Difesa* — cessou sua publicação (e já vinha atravessando momentos muito difíceis nos dois anos anteriores a 1934), o movimento dos opositores de Mussolini praticamente desapareceu, para ser retomado parcialmente a partir de 1942. Assim, na década de 1930, constatamos, com raras exceções, que o mundo das numerosas associações étnicas, das escolas igualmente numerosas e da imprensa disseminada foi totalmente fascistizado, graças também à ação levada a cabo, na segunda metade da década de 1920, por cônsules que integravam o elenco de diplomatas promovidos não mais por concurso, mas por comprovada fé política. De fato, concentrei-me nessas questões também após a publicação de *Do outro lado do Atlântico* e destaquei como esse processo de penetração do fascismo na comunidade despertou temores não tanto na classe política, como na opinião pública e na imprensa brasileira, cujo nacionalismo em ascensão se chocava com o desejo do regime de aprofundar o nacionalismo dos imigrantes, de italianizar politicamente e italianizar as crianças nas escolas étnicas, tanto as peninsulares quanto as nascidas no Brasil. Essas crianças, graças à adoção do *ius soli*, adotado por todos os países americanos, eram cidadãs brasileiras, mas chamavam a Itália de “nossa pátria”, a Casa de Saboia de “nosso rei e rainha”, e Mussolini de “nosso

Duce”. Outras preocupações eram despertadas pela visibilidade e pelo barulho das comemorações das datas do regime, com a ostentação dos camisas-pretas, os hinos cantados a plenos pulmões, a repetição obsessiva de palavras de ordem e *slogans*. Os temores estavam também, e sobretudo, ligados à arrogância das numerosas seções do fascismo italiano no exterior que haviam surgido no Brasil, alimentando e multiplicando as divisões entre comunidades e se configurando como uma espécie de Estado dentro do Estado. Até 1938, elas não foram afetadas por nenhuma disposição legislativa e puderam agir de forma independente, sem serem perturbadas. Pessoalmente — tendo iniciado minha pesquisa na segunda metade da década de 1980 —, só tive a oportunidade de conhecer figuras secundárias neste mundo, incluindo aquelas nostálgicas do regime, amplamente presentes no pós-guerra. Quando o Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, parou de oscilar entre seu apoio à Alemanha e à Itália de um lado, e aos Estados Unidos do outro, decidiu aliar-se a estes últimos, aderindo às pressões que emergiram na conferência de chanceleres americanos realizada no Rio em janeiro de 1942, mas também persuadido a fazê-lo pela garantia recebida de Washington de substancial ajuda financeira. Vargas, portanto, rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo e, em agosto de 1942, declarou guerra. Além disso, o Brasil foi a única nação latino-americana a enviar uma força expedicionária ao teatro de guerra, especificamente à Itália, se excluirmos a participação simbólica do México com um esquadrão aéreo na frente do Pacífico. Muitas análises, especialmente as contemporâneas, enfatizaram a proximidade ideológica entre Vargas e Mussolini, e outras compararam as duas figuras (como aconteceu com Perón), mas tais julgamentos baseavam-se, e ainda se baseiam, no quanto o presidente brasileiro havia tomado emprestado de Mussolini — com algum sucesso — para erigir alguns dos pilares de sua doutrina e prática: corporativismo, sindicatos controlados pelo Estado, subjugação da imprensa e uma relação direta entre líderes e massas. No entanto, e para

resumir, a base do consenso do político gaúcho diferia inteiramente daquela do ditador italiano: era representada pelo proletariado e, de forma mais geral, pelos trabalhadores urbanos, mas não incluía as classes médias (amplamente opostas a Vargas) e, entre as elites econômicas, apenas as industriais o apoiavam. Além disso, Getúlio trouxe pela primeira vez as massas populares (exceto as rurais) para o cenário político do país, enquanto o Duce pretendia apenas sufocá-las.

Na sua opinião, quais aspectos dessa experiência migratória se tornaram memórias ou memórias compartilhadas? Muitos mitos, muitas vezes pouca história. O que poderia ser feito para ajudar a consolidar o patrimônio material e imaterial, certamente diverso, mas unido pela imigração italiana massiva para o Brasil?

A poderosa influência da liderança operária e sindical sobre o proletariado urbano de São Paulo tornou-se firmemente arraigada na memória coletiva, graças não apenas ao trabalho de figuras conhecidas dentro dessa liderança, como Damiani, De Ambris, Cerchiai, Ristori e muitos outros, mas também a figuras de nível médio emergidas de vários círculos operários italianos. Esses grupos às vezes causavam descontentamento entre outras etnias e brasileiros, devido ao fato de que apenas a língua italiana era falada nas reuniões. Outro elemento da memória orgulhosamente compartilhada é o progresso positivo (embora extremamente difícil nas décadas iniciais) dos assentamentos coloniais do sul do Brasil e a preservação de muitos costumes, tradições e estilos de vida da terra natal (ou melhor, das regiões de origem). Uma memória coletiva que alimenta a disseminação de um mito é a da preponderância de italianos entre a elite empresarial do estado de São Paulo, frequentemente retratada como um exemplo de uma classe de homens que se fizeram por conta própria. Na realidade, como a pesquisa histórica demonstrou, a maioria desses industriais chegou ao Brasil com uma forma-

ção profissional, às vezes com até mesmo um pequeno capital, conhecimento de mercado e experiência na área comercial, muitas vezes da qual também partiram no Brasil.

Quanto ao que poderia ser feito para ajudar a consolidar o patrimônio material e imaterial da imigração, a única saída que vejo é continuar a pesquisa, envolvendo os jovens, sobre quase todos os temas que agora emergiram nestes setenta anos de estudos; trazer à tona novos ou fortalecer os pouco visitados, conectando-os o máximo possível entre si, bem como salvaguardar tudo o que lembra essa história da imigração, desde os edifícios até as sedes (e documentação residual) das antigas associações, desde a imprensa, que deve ser digitalizada o máximo possível para permitir uma consulta futura que se tornará impossível se for utilizado apenas o papel (basta ver a quantidade de jornais italianos não disponíveis para consulta na Biblioteca Nacional do Rio devido ao seu estado de conservação) até os locais dedicados à preservação da memória, como as diversas hospedarias espalhadas neste ou naquele estado do Brasil, que podem se tornar museus da emigração, até as celebrações estritamente ligadas à imigração como a da Virgem da Achirópita em São Paulo e a da Uva em Caxias. As próprias instituições culturais, como os institutos culturais italianos, poderiam responder a essa necessidade.

Uma das maiores frustrações para um pesquisador da migração italiana para o Brasil é perceber que o tema sempre foi pouco analisado na Itália, onde existe um pequeno círculo de estudiosos. A população italiana raramente se lembra ou sabe dessa emigração. Lembra-se mais da para os Estados Unidos, um tema bem conhecido por Hollywood, da para a Argentina (quem não conhece Messi?). E o Brasil? Por que esse esquecimento generalizado? E ainda... Entre os muitos exemplos dessa história: a mãe do diretor Dario Argento, a fotógrafa Elsa Luxardo, era

italo-brasileira; o capitão da seleção brasileira de 1958, que venceu a primeira Copa Rimet, era Luiz Bellini; Pelé deu seus primeiros passos nessa seleção, assim como José Altafini; Altan começou a desenhar histórias em quadrinhos infantis no Rio de Janeiro; Toquinho é o pseudônimo de Antonio Pecci, e a esposa do presidente Lula, operária e fundadora do PT, era Marisa Leticia Rocco Case, neta de agricultores de Bérgamo...

A difusão relativamente limitada de estudos sobre a emigração italiana para o Brasil se deve, a meu ver, ao fato que já mencionei: o fechamento do meio acadêmico italiano em relação ao tema em geral, a ponto de ainda não haver na Itália uma cátedra dedicada à história da emigração. Eu iria mais longe: as próprias histórias regionais, como a História dos Estados Unidos ou a História da América Latina, estão confinadas ao grupo de relações internacionais e não à História Contemporânea ou Moderna. Apesar disso, o leque de pesquisadores sobre o êxodo italiano para o Brasil está se expandindo lentamente, ainda que, por enquanto, com contribuições descoordenadas. O esquecimento generalizado da diáspora na antiga terra do café pelo público em geral precisa, na verdade, ser um pouco contextualizado, no sentido de que as áreas que mais contribuíram para esses movimentos — e me refiro em particular ao Vêneto — lembram e sabem muito sobre essa emigração. Esse conhecimento foi alimentado tanto pela necessidade da região de sustentá-la, inclusive financeiramente, com viagens de netos e bisnetos do Brasil para sua terra natal, quanto pela criação de associações que reuniam os nascidos na região e seus descendentes, e pelo crescente fluxo de retorno desses descendentes durante o auge da crise econômica brasileira, ou seja, a “década perdida” de 1980 e algumas das décadas subsequentes. Existe um conhecimento ainda mais disseminado nas áreas italianas onde se formaram as cadeias migratórias mais conhecidas, como, para citar a mais lembrada, a de Morano Calabro em Porto

Alegre, mas também em São Paulo. No entanto, de modo geral, o desconhecimento persistente sobre a emigração italiana para o Brasil se deve essencialmente ao fato de que ela era relativamente pequena em número após a Segunda Guerra Mundial — ao contrário de outras nações, como Estados Unidos, Argentina e, em certa medida, Venezuela — e, portanto, poucos italianos têm parentes morando lá.

Quais desafios os imigrantes italianos enfrentaram no Brasil? Você demonstra claramente que eles eram principalmente os excluídos da Itália, tanto os mais pobres (principalmente agricultores) quanto aqueles que buscavam uma ascensão social que lhes era negada em sua terra natal. Todos eles, em geral, foram mal-recebidos no Brasil, ao contrário do que se acredita hoje. Em resumo, como foi esse árduo processo de integração ao país?

Os desafios enfrentados eram consideráveis, justamente por se tratar de uma migração de uma classe social baixa, desprovida de quaisquer recursos econômicos e, nas primeiras décadas, marcada por baixa alfabetização. Era, como você disse, talvez o segmento mais pobre da emigração italiana para as Américas, pelo menos até o decreto Prinetti de 1902 tornar ilegal a transferência para o Brasil com viagens pagas. Todos os outros países do continente não haviam recorrido a esse meio (exceto a Argentina por um período muito breve), e a travessia oceânica era paga pelos próprios emigrantes ou por figuras dominadoras do país de acolhimento, como os *boss* nos Estados Unidos. No Brasil, estamos diante de um fluxo significativo de pessoas sendo introduzidas em um mundo desconhecido, e o mundo rural oferecia duas oportunidades essenciais. A primeira era a possibilidade de reviver em solo brasileiro a organização agrícola familiar das regiões de origem, mesmo depois de desmatar a floresta e tornar o solo produtivo, adaptando-se ao cultivo de produtos até mes-

mo desconhecidos. Esse segmento, apesar dos grandes sacrifícios que perpetuou ao longo do tempo, consolidou uma sociedade que reproduziu o modelo cultural deixado em sua terra natal, graças também à mononacionalidade (ou melhor, à escassa diversificação regional dos protagonistas) dos centros coloniais do sul do Brasil. Com o tempo, conseguiu criar uma organização social com rendas que foram, por um tempo, modestas, mas equivalentes entre elas, antes de começar a se ramificar para outros setores produtivos. A outra saída, bem mais dramática, foi representada pela fazenda de café, especialmente em São Paulo e Minas Gerais, onde o único produto comercializável era totalmente estranho aos imigrantes e, acima de tudo, ainda mais estranhos e penalizadores eram o método de produção, a remuneração e a manutenção da disciplina, o isolamento total do mundo ao redor, que desintegraram completamente os modelos de sociabilidade. É verdade que essa experiência, no longo ou mesmo no curto prazo, não foi aceita, e a maioria, ao final de cada ano agrícola ou após um período mais longo, abandonava completamente a cafeicultura e fugia para a cidade — idealmente a capital do estado, mas também muitos centros urbanos do interior — para empreender uma nova profissão nos setores de serviços e comércio, contando com aqueles que já haviam chegado, incluindo aqueles que nunca haviam experimentado a fazenda e se estabelecido diretamente nas cidades, geralmente vindos do sul da Itália e da Toscana. A estes deve-se somar um grande proletariado fabril, um setor que deu seus primeiros passos nesses estados justamente na época da emigração italiana em massa e que representava um setor em que os próprios empresários eram esmagadoramente italianos ou descendentes. Também não devemos esquecer do artesanato, um ramo produtivo que oferecia espaço e oportunidades tanto aos trabalhadores que chegavam diretamente da Itália quanto aos imigrantes que tinham trabalhado com a cafeicultura. Inicialmente monopolizado por aqueles que chegavam ao Brasil com alguma qualificação profissional, representava uma saída

mais afortunada. Além disso, não podemos esquecer que, em ambientes urbanos, a integração ao mundo produtivo era facilitada pelas múltiplas cadeias migratórias existentes, que permitiam ao recém-chegado não apenas encontrar emprego, mas também moradia e apoio social, emocional e psicológico. Apesar disso, em termos gerais, e particularmente para os imigrantes confinados às fazendas, a recepção era dura e punitiva, enquanto no mundo rural do sul do Brasil a situação era indubitavelmente melhor. No Brasil urbano, embora os italianos tivessem que enfrentar dificuldades e sacrifícios, a sociedade brasileira se mostrou, em geral, acolhedora e, em todo caso, livre de atitudes de ostracismo, isolamento e marginalização, especialmente entre aquele segmento de brasileiros que compartilhava as mesmas condições de vida, frustrações, esperanças e aspirações que os primeiros, e estou falando especialmente do proletariado. Nesse sentido, o processo de integração foi, se não muito rápido, certamente não prolongado, enquanto permanecia um estigma social de classe, que, no entanto, afetava imigrantes de qualquer origem étnica e também os brasileiros.

Parece-nos que os conflitos sociais fazem parte da visão e interpretação histórica e filosófica com as quais você mais se identifica. Quais outros acadêmicos e historiadores o inspiraram? Com quem você mais se envolveu, especialmente no campo da história das migrações?

Sim, sua análise é precisa: dediquei considerável atenção aos conflitos sociais. É um tema que sempre me fascinou e, por isso, identifico-me particularmente com as escolas historiográficas associadas ao materialismo histórico, tanto que uma das minhas primeiras inspirações, em geral, foi Enzo Santarelli. Os colegas com quem mais conversei na área da migração foram, antes de tudo, Michael Hall e Emilio Franzina, assim como Fernando Devoto, José de Souza Martins, Gianfausto Rosoli, Ercole Sori, Chiara Vangelista e, claro, Luigi Biondi e Edilene Toledo. A lista poderia

continuar: Isabelle Felici, Bénédicte Deschamps, Rudolph Vecoli, Fraser Ottanelli, Donna Gabaccia, Núncia Santoro de Constantino, Zuleika Alvim, João Fábio Bertonha, Oswaldo Truzzi e, no front italiano, Andreina De Clementi, Paola Corti, Vanni Blengino, Vittorio Cappelli, Sergio Pantaleone, Federica Bertagna, Eugenia Scarzanella, Matteo Sanfilippo...

E como, na sua opinião, a historiografia da emigração italiana para o Brasil mudou, se é que mudou? Que questões precisam ser esclarecidas, exploradas ou revisadas? Que conselho você daria a um jovem acadêmico que deseja estudar essa história hoje?

O que chama a atenção ao revisar a produção historiográfica dos últimos vinte anos é a recorrência muito maior de temas que antes apareciam apenas esporadicamente nesses estudos; por exemplo, a escola e a imprensa. Ao mesmo tempo, as contribuições relativas ao movimento operário, ao fascismo e ao antifascismo ganharam novo impulso e abriram novos horizontes. Na minha opinião, se há uma área que precisa ser mais explorada, é a do associativismo, embora eu esteja ciente de que isso é dificultado pelo desaparecimento generalizado de documentação sobre antigas associações de caridade, ajuda mútua, culturais e esportivas. Mas alguns vestígios ainda podem ser encontrados, permitindo-nos acompanhar a evolução e os desafios de algumas delas. Quanto à questão da revisitação de certos temas, acredito que muito se avançou nessa direção, como demonstra o número crescente de colegas estudando questões migratórias, tanto na Itália quanto, especialmente, no Brasil; bem como o número de teses de mestrado e doutorado. Grandes avanços foram feitos, por exemplo, na história dos descendentes e seu conjunto de valores, mesmo gerações depois, embora isso não tenha resultado em um vasto corpo de trabalho. Por outro lado, estudos sobre a Segunda Guerra Mundial são quase completamente inexistentes. Meu conselho para um jovem acadêmico que pretende embarcar no

desafiador caminho de pesquisar a emigração italiana para o Brasil é, antes de tudo, ler bastante e consultar arquivos, evitando a tentação de escrever imediata e extensivamente, pois esse é atualmente o caminho ditado pelo sistema acadêmico em ambos os países. Sugiro também abordar aspectos até agora pouco explorados, recomendando, em primeiro lugar, a história de gênero, que até agora atraiu pouca atenção, apesar de sua importância neste contexto. Um tema que, no entanto, tem interessado muitos colegas é o das cadeias migratórias, que de fato foram extensivamente analisadas, mas esse interesse se concentra particularmente nas redes sociais mais conhecidas, por exemplo, a de Morano Calabro em Porto Alegre. Ainda há espaço para abordar cadeias migratórias menos estudadas, como os imigrantes da Campania, em particular de Casaluce e Aversa para o bairro paulistano do Brás, e os de Fuscaldo, no Rio de Janeiro. Em termos de províncias de origem, a pesquisa poderia se concentrar em áreas raramente visitadas pela emigração italiana, com foco nos de Salerno e Potenza (particularmente o município de Trecchina), no Recife, e nos imigrantes da região de Cosenza (por exemplo, os de Laino Borgo), em Salvador. Talvez seja suficiente seguir o caminho que alguns jovens pesquisadores estão trilhando em seus trabalhos de pós-graduação, comparando os calabreses de Morano Calabro com os sicilianos de Leonforte, em Porto Alegre, após a Segunda Guerra Mundial, ou, para voltar a tempos mais antigos, investigando os nativos de Arcene, na província de Bérgamo, e aqueles de alguns municípios das províncias de Rovigo e Chieti, em Franca. Entre as questões pouco abordadas — neste caso, quase nunca abordadas — destacam-se as relações que se desenvolveram entre os imigrantes italianos (entre os imigrantes em geral, pode-se dizer) e a população de origem africana. Faltam estudos sobre como esta última era vista pelos primeiros, sobre como os contatos inevitáveis entre os dois grupos contribuíram para mudar (ou confirmar) as impressões iniciais dos recém-chegados após meses e anos de convivência diária, tanto no

ambiente de trabalho quanto, mais frequentemente, nas relações de vizinhança, nos arranjos de moradia compartilhada, nas atividades de lazer e após o compartilhamento de dificuldades, esperanças, alegrias e decepções. Concomitantemente, também devem ser analisados os conflitos, as rivalidades, a possível aceitação de estereótipos predominantes e os confrontos (penso especialmente naqueles ocorridos durante a conquista da Etiópia pela Itália fascista) — em suma, qualquer interação entre os dois grupos, incluindo seu papel no movimento trabalhista. Parece claro que essa operação exigiria pesquisa principalmente, se não exclusivamente, sobre as classes trabalhadoras de ambos os lados, já que a elite peninsular compartilhava em grande parte a opinião das classes dominantes brasileiras sobre os negros e sua suposta falta de confiabilidade.

Você explorou muitos temas dentro do contexto mais amplo da emigração italiana para o Brasil. Quais são essas questões e o que motivou e continua a motivá-lo a estudá-las?

Sim, abordei muitos aspectos, desde o foco no comércio e serviços nos centros urbanos, passando pelo artesanato, o proletariado e o mundo dos negócios, mas sem descuidar da colonização agrícola e das fazendas, das formas de vida coletiva, dos conflitos com a sociedade de acolhimento e dos processos de integração, do movimento operário e suas diversas correntes, com as consequentes divisões internas. Abordei a questão da Primeira Guerra Mundial, da progressiva ampliação do sentimento de italianidade entre os imigrantes, do entreguerras, da participação de italianos nos movimentos políticos brasileiros nos anos em questão, do fascismo, do antifascismo, da relação entre o Integralismo e o regime de Mussolini, dos italianos durante a Segunda Guerra Mundial, do pós-guerra e das divisões e conflitos que marcaram profundamente a comunidade nesses quinze anos. O motivo que me levou a dedicar-me tão intensamente ao estudo desses temas foi, como disse, o forte interesse despertado em mim em

1980 pela pesquisa sobre italianos e fascismo no período entreguerras, que me levou a dedicar grande parte do meu tempo à questão geral da emigração italiana para o Brasil. O que ainda me impulsiona a estudá-los é a necessidade de me aprofundar nesses aspectos, aproveitando o fato de que minha aposentadoria me permite, por um lado, ter mais tempo para a pesquisa, livre que estou, antes de tudo, das obrigações docentes, mas sobretudo e principalmente das burocráticas, e, por outro, pelo fato de não estar mais sujeito a mecanismos acadêmicos, que me obrigavam a participar de projetos e a organizar cursos diferenciados para as aulas anuais, levando-me a abordar diferentes temas da história latino-americana, transferindo essa atenção para alguns desses temas, a serem desenvolvidos em minha produção acadêmica. Como aposentado, pelo contrário, eu posso escolher o que estudar e, de fato, decidi me concentrar apenas na emigração.

Você publicou recentemente no Brasil sua mais recente pesquisa, *Imprensa italiana no Brasil: séculos XIX e XX, outra obra fundamental para todos nós, fruto de anos de trabalho, um universo.*

As publicações periódicas sempre estiveram presentes na historiografia das migrações, mas, pelo menos no que se refere ao êxodo italiano para o Brasil, serviram essencialmente como fonte para o estudo dos processos, temas e trajetórias da emigração. Procurei reconstruir a história da imprensa peninsular analisando os jornais por dentro, acompanhando sua evolução, suas flutuações, sua coerência e incoerência, sua distribuição pelo país, sua contagem de páginas, sua duração, se possível sua circulação e sua diferenciação temática: informativos, operários, humorísticos e satíricos, culturais, econômicos, boletins associativos (inclusive de categorias profissionais como caixeiros-viajantes), propaganda religiosa e catequese, comemoração patriótica, propaganda comercial pura para lojas e restaurantes, orientação ao emigrante, anticlericais, organizações ligadas a consulados e Patronatos, até mesmo revistas voltadas exclusivamente para

o público feminino e infantil e, no entreguerras, publicações fascistas e antifascistas. Sobre esse tema, escrevi o livro que você mencionou, publicado na Itália em 2011 e traduzido para o Brasil em 2013. Ele também oferece um catálogo de todos os periódicos que consegui consultar, pelo menos em um exemplar, bem como aqueles que conheci indiretamente, por meio de outras monografias ou artigos, mas sobretudo pela publicação de seus primeiros números e, muitas vezes, subsequentes, nos jornais que resenhei (especialmente *Fanfulla*). O catálogo em anexo, e especialmente o disponível *on-line*, organizado pelo grupo Transfopress Brasil na Universidade de Franca (que é constantemente atualizado), fornece, sempre que possível, uma série de informações sobre cada jornal individualmente, bem como sua data de nascimento e, com menos frequência, de falecimento, e as bibliotecas e arquivos onde pode ser consultado no Brasil, na Itália e em outros lugares. Meu primeiro artigo sobre o assunto foi publicado em 1988 e abrangeu os três primeiros anos de *Fanfulla*. Desde então (de 1990 a 2022), produzi mais doze artigos (com mais alguns por vir) e um livro, e intensifiquei minha pesquisa ingressando na seção brasileira da Transfopress.

Muito obrigado, Angelo, foi um grande prazer conversar com você!

Eu que agradeço vocês pela oportunidade.

Angelo Trento

Professor aposentado de História da América Latina da Università degli Studi di Napoli L'Orientale, é conhecido historiador da imigração italiana, tendo realizado um inventário pioneiro da imprensa nesse idioma publicada no Brasil. É autor de inúmeras obras sobre o tema, entre as quais destacam-se *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil* (São Paulo, Nobel, 1989), *Os italianos no Brasil/Gli italiani in Brasile* (São Paulo, Prêmio, 2000) e *Imprensa italiana no Brasil, séculos XIX e XX* (São Carlos, EdUFSCar, 2013).

Antonio de Ruggiero

Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS) e Docente do Curso de Graduação em História (disciplinas ministradas: História Contemporânea; Teoria e Historiografia; História do Brasil Monárquico). Com Pós-doutorado (programa PNPd/ Capes) na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013-2016), é Doutor em História Moderna e Contemporânea pela Università degli Studi di Firenze, Itália (2011), formado em História pela mesma universidade. Os seus estudos têm ênfase em história política italiana (séculos XIX e XX) e história socioeconômica. Desenvolve e orienta pesquisas sobre a história da imigração italiana no Brasil com foco particular sobre os aspectos do transnacionalismo; multiculturalismo; imigração qualificada e empresarial; imigração e urbanização; imigração política, imprensa étnica. É coordenador do projeto internacional Capes/Print Migrações: Perspectivas Histórico-Conceptuais e Análise de Fenômenos Contemporâneos (Brasil, Itália, Alemanha, Holanda, França); colaborador no grupo de pesquisa TRANSFOPRESS Brasil-Grupo de estudo da imprensa e língua estrangeira no Brasil (CNPq) da Unesp. É membro da Associação Internacional AREIA (Audioarchivio delle migrazioni tra Europa e América Latina - Università di Genova - Itália) e da ABHO (Associação Brasileira de História Oral); pesquisador na Rede Internacional de estudos de língua, história e cultura italiana, que envolve as Universidades de Nantes (França), Calabria (Itália), Groningen (Holanda) e PUCRS (Brasil); sócio-fundador da Associazione dei Ricercatori Italiani in Brasile (ARIB).

Luigi Biondi

Professor associado de História Contemporânea da Unifesp, formado na Università di Roma "La Sapienza", com Doutorado em História na Unicamp e Pós-doutorado na Università di Roma "Tor Vergata" e na Fondazione Gramsci. Os seus principais temas de estudo se concentram na história das migrações, do nacionalismo e da história social do trabalho. Integra o GT da Anpuh Mundos do Trabalho e coordena o grupo de estudo da imprensa em língua italiana no Brasil do grupo de pesquisa internacional Transfopress.

Estes textos foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.